

# CONFLITOS TERRITORIAIS E LUTA DE CLASSES NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) - BRASIL \*

Antonio Thomaz Junior  
Departamento de Geografia/Adjunto III/FCT/UNESP/Presidente Prudente;  
Pesquisador 1-PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT/CETAS  
thomazjrgeo@fct.unesp.br

## Resumo:

A intensificação das inovações técnico-mecânica-físico-químicas e gerenciais no agrohidronegócio canavieiro, no Pontal do Paranapanema, encimadas, sobretudo, nos insumos agroquímicos está possibilitando ao capital, a um só tempo, a garantia da sua reprodução ampliada e do controle social. Por sua vez, isso se soma a duas ações simultâneas, sendo, pois, a legitimação das terras griladas (terras com títulos de propriedade falsos), ocupadas, via de regra, com pastagens degradadas, e a legalização, sob o expediente dos Projetos de Lei (PL) 567, que regula as terras com pendências jurídicas até 500 ha. Essas ações fortalecem o projeto do capital e ao mesmo tempo neutraliza as plataformas dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra, na região, pois são os mesmos territórios que estão em disputa, o que intensifica os conflitos territoriais e incrementa o ambiente da luta de classes. É por meio desses referenciais que estamos prosseguindo com nossas pesquisas com o propósito de retomar a necessária compreensão do trabalho, enquanto categoria fundante para compreensão do espaço geográfico, e da dinâmica geográfica das lutas e dos embates de classe.

**Palavras chave: conflitos territoriais, trabalho, luta de classes, agrohidronegócio canavieiro**

## Introdução

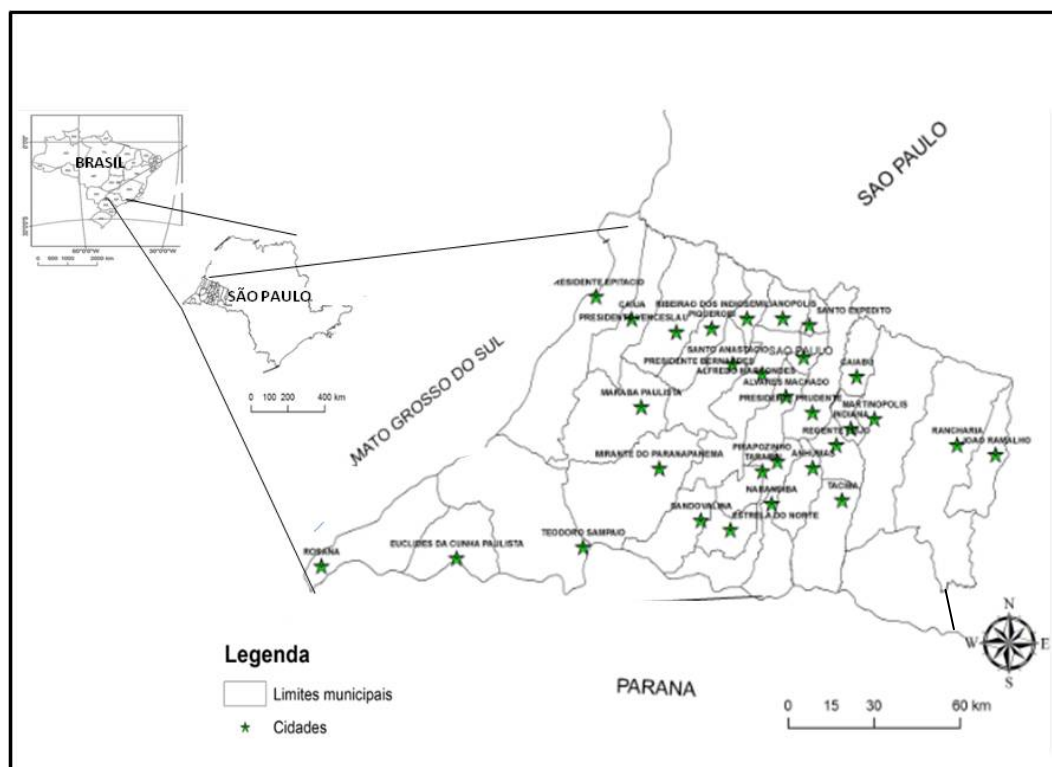
A intensidade do crescimento da atividade agroindustrial canavieira, no Brasil, nos últimos cinco anos, apesar dos reveses constatados, tem demonstrado que, mais do que uma sinalização, sua expansão para as áreas novas, se dá, via de regra, em busca de terras férteis, relevos planos e proximidade/disponibilidade de recursos hídricos, além do que a consolidação para as áreas tradicionais, como a região de Ribeirão Preto no estado de São Paulo, demarca novos desafios.

Esses novos desafios nos remete a situar a especificidade do processo expansionista do capital como protagonista de novos elementos para o conflito em torno da luta pela posse/ acesso à terra e à água, no Pontal do Paranapanema (SP), no século XXI (Mapa 1). É importante notar, até com base em outras pesquisas, que os conflitos territoriais estão sendo intensificados e redimensionados quanto aos métodos, com a manutenção do latifúndio improdutivo e das terras griladas, que ainda se mantém à base de 450 mil hectares. Ou seja, as terras com pendências jurídicas (declaradamente devolutas, parcialmente regularizadas etc.), de um lado, são alvo da cobiça da burguesia industrial e financeira, como é caso da Odebrecht, que atua no Pontal do Paranapanema, por meio do seu braço agronegócio, com o nome de Odebrecht Agroindustrial, e por outro, são objeto das reivindicações dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

---

\* Esse artigo é produto dos resultados parciais dos projetos de pesquisa: 1) "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental" (Projeto Temático/FAPESP), sob nossa coordenação, e com vigência até julho de 2018; 2) "Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Luta pelo acesso a terra e a água, movimentos sociais e saúde ambiental)" (PQ-1/CNPq).

Mapa 1 - Pontal do Paranapanema (SP) - Brasil



A face dinâmica desse processo nos expõe às mudanças por que passa a configuração espacial e às novas formas de exploração da terra com a expansão da cana-de-açúcar, sendo, pois, o eixo encimado no conflito pela posse e permanência na terra, no caso dos Assentamentos Rurais originários da luta pela terra, que estão sendo "engolidos" pela monocultura canavieira (Mapa 2) e são alvo fácil e constante dos efeitos da aplicação de agrotóxicos na saúde das famílias, dos animais, do solo, dos mananciais, do ambiente e da sociedade regional em geral. Da mesma forma que esse processo também impacta diretamente no âmbito da luta pelo acesso à água, por parte das famílias camponesas de assentados, o que põe em relevo a disputa territorial no Pontal do Paranapanema, no século XXI<sup>1</sup>.

A consecução da pesquisa está possibilitando entender de forma articulada a luta pelo acesso a terra e a gestão de recursos hídricos, o que acrescenta novas questões à abordagem da monopolização da terra, da degradação ambiental e do trabalho no âmbito do Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro (Mapa 3). Como constatamos anteriormente, Thomaz Junior (2009), a monopolização da terra pelo agrohidronegócio canavieiro, no Pontal do Paranapanema, superpõe-se ao controle do acesso aos recursos hídricos disponíveis e a serem explorados nos aquíferos.

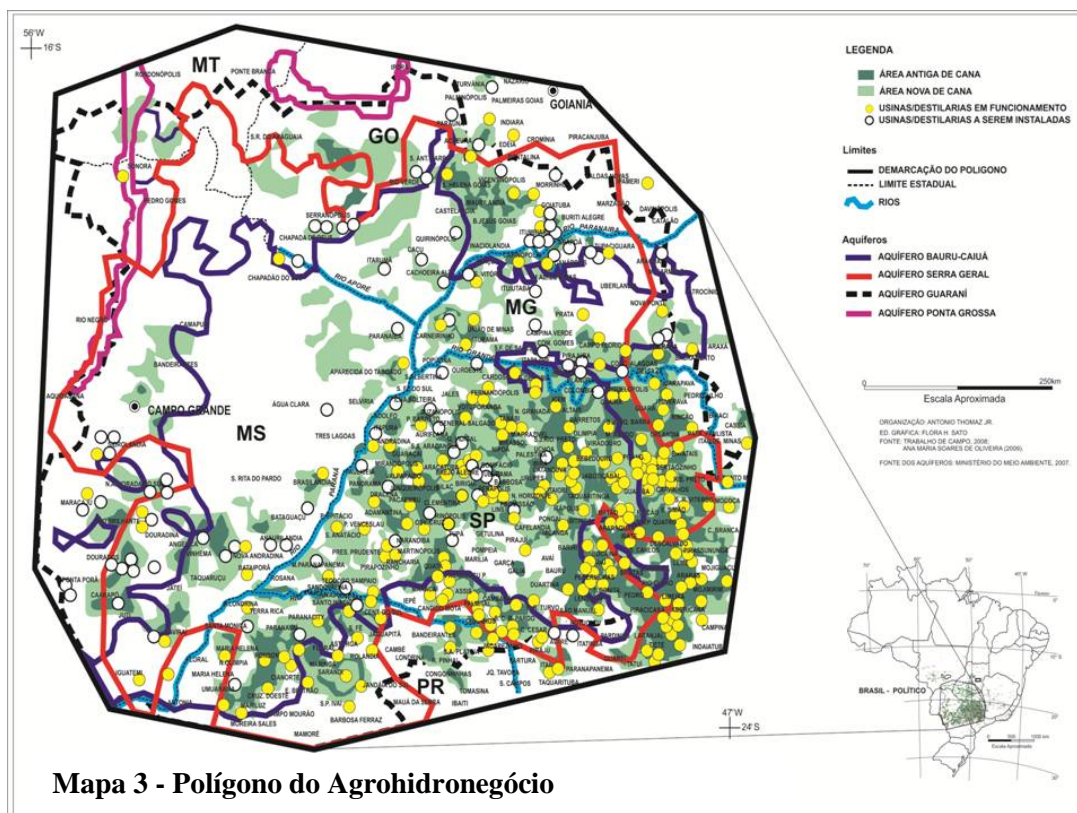
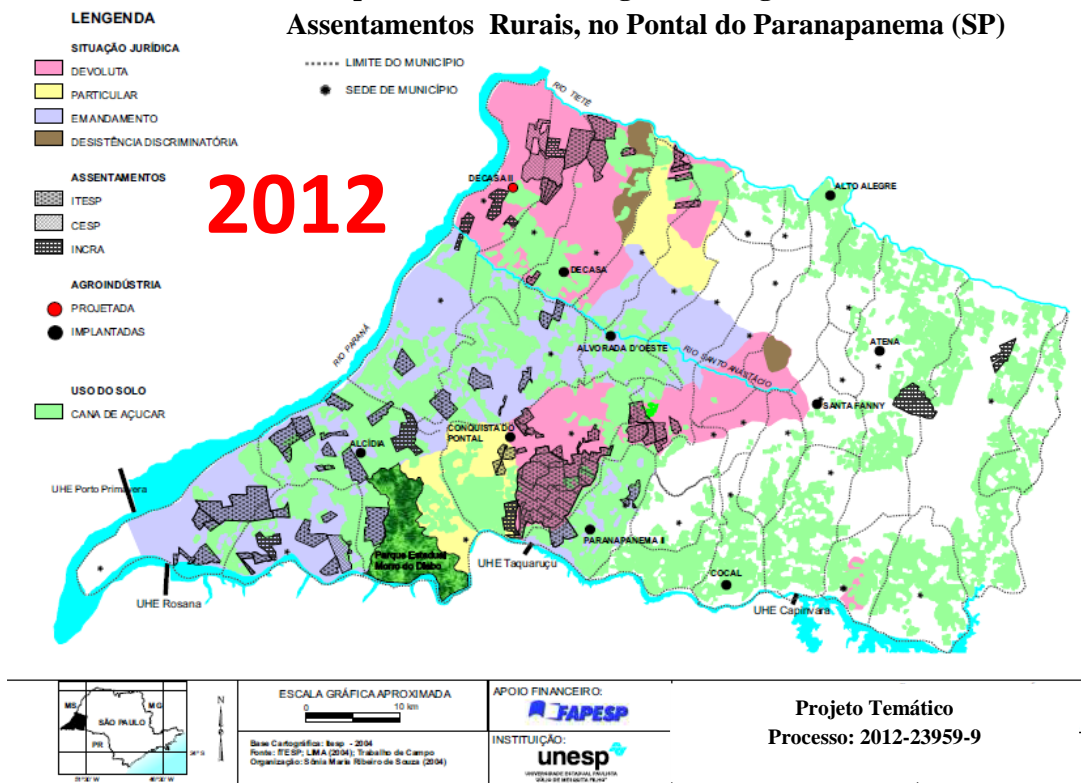
A nocividade desse processo, as rotinas de trabalho, e daí as doenças ocupacionais, que envolvem o risco de mutilações, contaminação, intoxicação e até mesmo mortes, são assuntos que nos ocupam cada vez mais no ambiente de pesquisa e que nos possibilita os resultados iniciais do projeto de pesquisa. Ou seja, o modelo produtivo/destrutivo característico do monocultivo da cana-de-açúcar, que contamina as terras, as águas, os mananciais, os animais, as plantações, os trabalhadores rurais e a população do entorno, ocupa centralidade nas pesquisas que estamos desenvolvendo. Esses processos atingem camponeses, assentados, trabalhadores e comunidade em geral, já que os Assentamentos Rurais estão inseridos nas principais áreas de expansão do agrohidronegócio canavieiro (Mapa 1), bem como, os habitantes dos diversos núcleos urbanos.

A defesa intransigente da reforma agrária, sob o comando dos trabalhadores, e de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos e de manutenção dos camponeses e suas famílias na

<sup>1</sup> Esse assunto nos ocupa centralmente no âmbito do Projeto Temático/FAPESP, já citado, sob nossa coordenação.

terra, em condições de viver e produzir dignamente, ressaltamos, repõe em primeiro plano uma das faces atuais da luta de classes no Brasil, nesse início do século XXI. Associado a isso defendemos a adoção de técnicas e de tecnologias, de acordo com as necessidades e desejos dos próprios trabalhadores, com o objetivo de garantir a alimentação e as necessidades da sociedade.

**Mapa 2 - Território do agrohídronegócio canavieiro e Assentamentos Rurais, no Pontal do Paranapanema (SP)**



Do mesmo modo, a manutenção da produção camponesa vinculada a pequenos circuitos, para privilegiar a produção em todos os lugares possíveis, mantendo qualidade e sanidade dos alimentos, de sorte a conservar não somente seu fornecimento regular, mas também os laços culturais, a qualidade dos alimentos, atreladas às condições agroecológicas adequadas, a sociabilidade camponesa ou um mundo rural vivo, densamente povoado. E ainda, o acesso aos recursos terra e água, mas referenciado à ideia de serem bens comuns e devendo estar sob o controle dos trabalhadores, para que os verdadeiros fins sejam garantidos, evitando assim a desertificação, a salinização das terras e o uso indevido, mediante a especulação imobiliária e projetos de desenvolvimento rural que estimulem o acesso e a manutenção dos camponeses na terra produzindo, e a defesa da autonomia dos camponeses.

Os resultados preliminares estão abrindo possibilidades para se repensar a luta de classes e as ações políticas em torno da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética etc. As metodologias de pesquisa qualitativa empregadas, sobretudo as entrevistas, estão possibilitando apreendemos o movimento da realidade social do trabalho<sup>2</sup> no agrohidronegócio canavieiro, no Pontal do Paranapanema, e o campo de disputas que demarcam os conflitos territoriais.

## **2. Processo social e conflitos territoriais**

Está-se diante das especificidades das consequências da monopolização da terra e da degradação ambiental e da saúde dos trabalhadores enquanto dimensão constituinte central do agrohidronegócio, no Brasil. E ainda, a invisibilidade social da degradação do trabalho e das relações de trabalho tem na exploração da terra indicações imprescindíveis para que possamos identificar a amplitude e a dimensão dos processos de dominação, controle social, no contexto da luta de classes.

É por dentro do processo social, reconstruído à luz da destrutividade imposta pelo capital, que se materializam os conflitos territoriais e, por via de consequência, os desafios para os trabalhadores diante da irreformabilidade do capital. Ou seja, um sistema social de desigualdade estrutural incorrigível e incuravelmente injusto, ou que sustenta a incômoda verdade de que o capital é incapaz de reconhecer seus próprios limites e que as reformas que se sucedem só fazem remediar as contradições e os perigos mais cruéis de sua incontabilidade, apontam os fracassos das alternativas reformistas. Isso nos permite afirmar que o capital domina todo o planeta de todas as maneiras e formas possíveis, o que não lhe confere condições de resolver adequadamente seus antagonismos estruturais e “contradições explosivas, em nome de uma imperturbável acumulação e expansão” (MÉSZÁROS, 2011, p.26).

Assim, é no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção e ao processo mais geral da reprodução ampliada, e que também reproduzem relações não essencialmente capitalistas o conteúdo das alianças políticas, e das disputas e dos conflitos territoriais.

Esse é o caminho mais seguro para construirmos novos referenciais teórico-metodológicos e vislumbrarmos a compreensão do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado e precarizado, particularmente sob o fogo cruzado da reestruturação produtiva do capital, todavia sem perder sua centralidade. Não seria, dessa forma, mero jogo de palavras dizermos que a classe trabalhadora vem sendo profundamente atingida pelos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos, para a manutenção da extração de valor, de mais valia, a expensas da fragilização, da desrealização crescente e intensa dos direitos sociais conquistados por meio das lutas históricas, da despossessão, do direito ao trabalho, da segurança no trabalho, do direito de greve, e tantos outros.

A reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge

---

<sup>2</sup> Cf. ALVES, 2014.

expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses. Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção.

O panorama aterrador/devastador que intemperiza a sociedade e o trabalho está afinado à ideologia do desenvolvimento, adjetivada de sustentável, e, neste alvorecer do século XXI, reforça sua tinta no aumento intenso da pobreza no mundo ou do empobrecimento de trabalhadores, inclusive empregados. Porém, reforçado nos grilhões de desempregados e descartados do mercado de trabalho, da mesma maneira que a extremada destruição da natureza, dos ecossistemas se intensifica, sob o escopo de ações sustentáveis. O que significa dizer que sob o capitalismo o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Poderíamos afirmar que o trabalho como categoria ontológica do ser social continua a ser a base fundante de toda forma histórica. Ele é o pressuposto negado do trabalho estranhado e do trabalho capitalista como espécie histórica particular-concreta de trabalho estranhado (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Sob o legado da nova morfologia social do trabalho, intrínseca ao regramento do capitalismo global, do século XXI, que sintonizamos a atualidade da precarização do trabalho, não apenas restrita no âmbito da (des)realização da força de trabalho, mas também do homem que trabalha, como argumenta Alves (2011, p.39), “no sentido da desefetivação do homem como ser genérico”.

Assim a ofensiva do capital alcança todos os horizontes da esfera da (des)realização do trabalho, não restringindo-se apenas ao local de trabalho, atinge a dessubjetivação, a dissolução dos coletivos e identidades de classe, a ressignificação da condição proletária, a saúde, a vida etc. (ALVES, 2010).

É por isso que o ataque direto ao operariado e aos proletários, imanente à estratégia de dominação do capital, inscrito de forma geral, com a diminuição crescente de seu efetivo em todo o mundo, não nos autoriza a afirmar que o trabalho perde centralidade, até porque a teoria do valor continua edificando o processo sociometabólico do capital e, por outro lado, não deve ser o esgarçamento das relações de trabalho estritamente assalariadas e a crescente participação da informalidade a decretar o fim do trabalho. Em outros termos, se faz parte da lógica do capital o permanente revolucionamento das forças produtivas, em algum momento desse processo, pode colocar em questão o próprio processo de acumulação.

E, é exatamente nesse ambiente da apropriação de riquezas que a terra e a água ocupam lugar central, quando se põe em questão a sobrevivência do planeta, a produção de alimentos, a exploração e a comercialização de matérias-primas, etc. Impõe-se de modo marcante, nesta primeira década do século XXI, elementos novos e repletos de significados no tocante às disputas em torno da terra e da água ou do acesso a esses bens no mundo e, particularmente, no Brasil.

A esse respeito, o capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados obtidos são complementados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, com localização favorável e logística de transportes adequada).

As interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação, relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água, saúde ambiental e, conseqüentemente, os conflitos territoriais, ocupam lugar central na análise das conseqüências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital.

Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, para as centrais sindicais, para os partidos políticos e para os trabalhadores em particular.

É por isso que somente as pesquisas nos têm possibilitado demarcar essas preocupações e a partir das mesmas poderemos contribuir para revelar as dificuldades de compreensão desse processo que nos têm impedido de apreender as especificidades do ser social que trabalha em diferentes formas laborativas e constrói visões/compreensões de mundo, quase sempre relegadas pelos sindicatos, pelos partidos, pelos intelectuais etc. São essas, pois, as exigências para nos situarmos no ambiente das ações de resistência e dos conflitos territoriais.

Partindo desses pressupostos, podemos ponderar que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças. No entanto, é no interior dos conflitos (territoriais) que temos o fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Em decorrência, as ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica – portanto, aptas à mecanização – , e entre os próprios trabalhadores são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agrohidronegócio em geral.

Esse processo incide tanto sobre os assalariados “puros”, trabalhadores temporários, por conta própria, informais, agricultores camponeses, quanto sobre os contingentes que estão à frente das ações de luta pela terra. É por esse caminho que estamos identificando as diferentes formas que expressam a resistência ao capital. Todavia não mais restritas aos parâmetros do assalariado tradicional, ou do operário taylorista/fordista, mas extensiva às demais formas de explicitação do trabalho, e também não apenas limitadas ao “chão de fábrica”, que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude.

Assim, o fluxo de relações que vincula as mudanças no perfil dos camponeses na mesma linha de redefinições em suas fileiras dos operários urbanos e rurais e, portanto a plasticidade que atinge duramente o trabalho, em via de consequência, as mudanças nos/dos papéis sociais e político-ideológicos, atingem e contextualizam a degradação e o movimento territorial de classe da classe trabalhadora.

É nesse embate que estamos sintonizando os enunciados mais gerais da classe trabalhadora às bandeiras da reforma agrária e da soberania alimentar, nos marcos da relação campo↔cidade, ou melhor, na relação dialética que seu conteúdo expressa nos diferentes formatos rurais e urbanos que englobam a sociedade e os trabalhadores.

### **3. (Des)Identidades e formas de resistência do trabalho**

A respeito das sociabilidades que não se restringem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim território de vida, da própria existência, o que significa que, ao perdê-la, perde-se juntamente a possibilidade da existência. Da mesma maneira que não podemos nos abster de abordar a tão necessária e almejada igualdade substantiva, capaz de superar as deformações do patriarcalismo. E, quando aproximamos esse assunto do conhecimento científico ou da racionalidade científica, da divisão científica do trabalho etc., também é imperioso, como já afirmamos anteriormente, romper dialeticamente com os ramos, áreas e subáreas, sob o argumento do iminente revolucionamento da ciência em tempos de transição, portanto, que seja partícipe ativa e não meramente situacional.

Os desafios para esse exercício intelectual estão postos. O que não quer dizer que partilhemos do desânimo daqueles que se ancoram nos efeitos da (des)realização do trabalho, na manipulação ideológica, na crescente dessolidarização (de classe) – tamanha a escala da descaracterização da sociedade salarial – e, com isso, juntam esforços para defender a ideia da impossibilidade da crítica radical ao capital. Tampouco queremos apostar num sujeito difuso, sob o argumento de que os principais protagonistas das ações de resistência e com algum alcance

mobilizatório, a depender da escala geográfica e da espacialidade, não estão vinculados à vanguarda operária (THOMAZ JUNIOR, 2009).

A exaustão dos exemplos não pode ofuscar a objetividade de as atenções estarem direcionadas para esse movimento dialético de (des)realização e de (des)pertencimento, no qual buscamos as evidências da negação/afirmação do trabalho e da classe trabalhadora. Sejam trabalhadores formais (proletários, assalariados regulares, terceirizados etc.), além dos assalariados temporários (migrantes que vivenciam a condição de camponês/produtor familiar etc.), sejam trabalhadores informais (por conta própria, domiciliar, camelôs, ambulantes), e ainda a pluralidade de recortes (gênero, etnia etc.), o quadro plural da (re)existência do trabalho é a nossa referência.

E se incluirmos nesse recorte temático os conflitos e lutas pelo acesso à água, poderemos abordar facetas ainda mais complexas para o futuro da sociedade, situações específicas do trabalho, novos vínculos e significados para o espaço geográfico, especificidades das disputas territoriais intrínsecas à luta de classes etc.

Estão na cena política momentos singulares de mobilização e de resistência que ultrapassam as fronteiras cidade-campo e redefinem, ao mesmo tempo em que expressam novas demarcações espaciais e conteúdos territoriais específicos para as diferentes lutas em marcha, o que, conseqüentemente, está a nos exigir um repensar profundo e/ou reflexão autocrítica de grande significado político e intelectual, o que, nos tem movido nos últimos anos. Daí o atributo de movimentos sociais de novo tipo para esses movimentos sociais que têm vínculos com a questão da terra e polemizam em torno dos aspectos essenciais da questão agrária, no Brasil e na América latina - em particular o MST, no Brasil e o MZLN, no México -, pensamos ser muito tímido e de significado restrito a apenas o que não pode deixar de ser ignorado.

Os significados das lutas por emprego, permanência e melhoria das condições de trabalho, saúde no trabalho ou saúde ambiental, cumprimento de acordos e lutas que reivindicam regularização fundiária, reforma agrária, acesso à moradia, direito de permanência, direito à estabilidade no emprego, ocupam lugar central e refletem o protagonismo das instâncias de organização dos trabalhadores, os movimentos sociais comprometidos com os interesses de classe.

Desta forma, estamos procurando compreender o movimento territorial da classe trabalhadora, frequentemente negado pela teoria, mas, que pode demonstrar ser o fio condutor de uma leitura ampliada da classe trabalhadora e que consiga oferecer condições para o entendimento das proximidades de sujeitos sociais aparentemente distantes como o camponês e o proletário. Ou seja, as trajetórias de inúmeros trabalhadores, por vezes, os expõem a proletarização num período determinado do ano fiscal e noutro a condição camponesa, a exemplo dos migrantes que se deslocam para o trabalho no corte de cana manual em São Paulo. Além destes, no Pontal do Paranapanema, sujeitos sociais assentados de reforma agrária deslocam-se diariamente para o trabalho na cana, vivenciando no mesmo dia, realidades distintas do trabalho (familiar e proletarizado). Esse movimento territorial da classe trabalhadora demonstra que nossos estudos devem ganhar novos conteúdos que consigam dar conta de compreender as complexas realidades sociais do trabalho. Com isso, percebe-se que se por um lado o capital domina e se apropria da renda da terra camponesa, do trabalho não pago proletário, por outro, no âmbito das instâncias organizativas dos trabalhadores (sindicatos, movimentos sociais, etc.) a resistência quase nunca é pensada de forma unificada, o que fragiliza ainda mais as ações dos trabalhadores. Por isso, acreditamos que compreender o movimento territorial da classe trabalhadora, pode ser o fio condutor da reunificação da pluralidade existente no universo do trabalho e com isso ligar lutas como reforma agrária, melhores condições de trabalho, acesso à moradia, como resistências da classe trabalhadora.

Além disso, nossos estudos nos tem permitido argumentar sobre as condições de trabalho e saúde como dimensão prioritária das formas de exploração e dominação vigentes, isso significa que os agravos à saúde dos trabalhadores não podem ser naturalizados, tampouco debitados ao acaso ou à redoma dos acidentes. Nem mesmo devem ser pensados no imediatismo de abordagens positivistas, as quais, no máximo, tecem críticas superficiais exclusivamente ao ambiente de trabalho. É preciso ir além e considerar o adoecimento laboral na perspectiva das contradições

insanas da sociedade burguesa contemporânea (ALVES, 2013), pois os agravos à saúde dos trabalhadores representam uma das expressões mais significativas do antagonismo sistêmico entre capital e trabalho.

Por conseguinte, as interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, em síntese, devem ocupar lugar central na análise das consequências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital. O movimento do trabalho, o movimento da natureza e o movimento da saúde ganham importância analítica, por entendermos que é possível outra relação sociedade-natureza, a ser construída por dentro das disputas territoriais e de classe, sob o pressuposto de apontar alternativas voltadas ao desenvolvimento sustentável da sociedade e da natureza. Isto é, os desdobramentos ambientais e epidemiológicos do modelo de monocultivo se vincula à disseminação de doenças vetoriais, aumento dos agravos decorrentes das intoxicações químicas, impactos sociais e ambientais expressos nos solos, nos mananciais, nos animais, nos trabalhadores e na população em geral.

Os rebatimentos das formas de exploração do trabalho, à monta das formas assemelhadas à escravidão, associadas, portanto às condições de extrema precarização, estão afinadas tanto aos expedientes regressivos, como os utilizados nas carvoarias, corte da cana-de-açúcar etc., como também nos espectrais, que nem sempre expressam-se afinados ao patamar tecnológico condizente ao respeito aos direitos trabalhistas, pois se materializam sob extrema precarização, como *call center*, condutores de máquinas agrícolas etc. (THOMAZ JUNIOR, 2012). E, mais, como a assistência à saúde, de direito universal, torna-se mercantilizada, exclui progressiva e crescentemente a saúde do trabalhador da proteção estatal e, com isso, tem-se a minimização dos programas sociais públicos. Por essa via podemos aproximar o entendimento para o necessário vínculo desses argumentos ao fato de que a doença ocupacional é indicação de mudanças no equilíbrio homem-natureza-ambiente, encimadas nas transformações metabólicas e produtivas impostas pelo capital, que repercutem diretamente na dinâmica territorial do trabalho.

Os caminhos diferentes e as experiências de pesquisa que nos vão permitir refletir sobre a realidade, pela via do trabalho, em lugar de nos “escondermos” e nos protegermos por trás de afirmações desvinculadas da práxis política com que os trabalhadores e os movimentos sociais estão construindo e requalificando a Geografia do trabalho, no planeta. É o entendimento das diferentes experiências de resistência, de organização e da plasticidade constantemente refeita que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as definições preconcebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação.

#### **4. A correspondência saúde-doença no âmbito dos conflitos territoriais**

Com base nos estudiosos da área de saúde, especialmente em Rigotto (2011), ao referir-se às ações praticadas pela epidemiologia social, que tem se valido da relação sociedade-ambiente de forma a contemplar essa amplitude no âmbito do modo de produção capitalista, “o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento” (RIGOTTO, 2003, p.391).

É por isso que o aparente oportunismo do processo protagonizado pelo capital agroindustrial canavieiro, no Pontal do Paranapanema, objetiva, em primeiro plano viabilizar seu projeto de classe burguês, de praticar o controle territorial, de fazer da submissão/dominação, exploração do trabalho e dos mecanismos especulativos os vetores da acumulação de capital. Assim, tanto a legitimação quanto a legalização da grilagem não podem ser entendidas separadamente, como já vimos, pois é nessa articulação que o Estado e a burguesia dão identidade ao projeto de dominação de classe pela via do controle do território.



Não obstante, associar os acidentes e as doenças ocupacionais menos relacionados a fatores unívocos e mais com o processo social (determinação social das doenças), nos possibilita compreender que a imposição da exploração, a subalternidade, a violência, o descumprimento do código de leis e truculência do capital ocupam protagonismo na determinação das relações de trabalho, com implicações de grande amplitude na saúde do trabalhador.

Dessa forma, os agravos à saúde dos trabalhadores não podem ser naturalizados, tampouco debitados ao acaso ou à redoma dos acidentes. Assim, os acidentes/doenças do trabalho estão mais relacionados ao metabolismo societal do que aos “atos inseguros”. Aliás, esta abordagem pode levar a compreensões individualizadas sobre a saúde dos trabalhadores a ponto de relacionar os acidentes e as doenças do trabalho às questões individuais (HECK e THOMAZ JUNIOR, 2012; 2014).

Seguindo as indicações de Dejours (2004), a organização científica do trabalho (OCT) e seu par siamês o desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, instituíram um aparato de controle do trabalho que viabilizou o "corpo dócil e disciplinado", explorado, degradado, pela privação de seu protetor natural - o aparelho mental - o que favoreceu o processo de desenvolvimento de doenças psíquicas relacionadas ao trabalho. Isso significa dizer que a persistência da crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital, que define os limites últimos da ordem estabelecida, se deve por radicar na inteireza do sistema do capital e que tudo abrange. Partindo desses pressupostos, podemos ponderar que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças.

Esse processo recente de expansão do agrohidronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, na Amazônia e em algumas áreas do Semi-Árido do Nordeste, concilia interesses dos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, ensejando a produção de produtos para exportação (*commodities*), tais como a soja, milho, algodão, eucalipto e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente, vincula-se também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas. Nossos estudos têm possibilitado apontar o quão pantanoso é esse assunto, diante da desinformação, dos interesses difusos e da eficiência do sistema de controle do tecido social pelo capital, pois a contaminação e destruição protagonizadas pelas lavouras de produtos transgênicos às formas de plantio e sistemas produtivos “tradicionais” acusam tamanha gravidade para a saúde pública, para a reprodução da vida e para o futuro das espécies. A essas práticas e aos fundamentos do metabolismo do capital tem-se a sociedade em risco, com o futuro incerto.

As complexas tramas por meio das quais o trabalho se externaliza, na contemporaneidade, e revela o intemperismo dessa relação, cujas formas de degradação, o capital aumentou sobremaneira, nas últimas três décadas, repercutindo diretamente na saúde do trabalhador a elas submetidos, bem como suas enfermidades específicas recorrentes. Além disso, repercutem nas disputas territoriais em torno das quais é recorrente discutir um *projeto para o Brasil*<sup>3</sup>.

Em essência, as interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, ocupam lugar central na análise das consequências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital.

Assim, surpreendem-se as doenças associadas às transformações recentes da expansão do capitalismo, seja no campo (por meio dos monocultivos, intoxicações via aplicações de fortes cargas de agrotóxicos, da perda da biodiversidade, ganhos por produção etc.), seja nas cidades (com todos os agravantes que incidem sobre a penosidade e o ambiente de trabalho desprotegidos contra os contaminantes, ganhos por produção, subempreita etc.) (RICKLEFS, 2009).

---

<sup>3</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2011.

Nessa perspectiva, as diferentes formas de exploração/subordinação/dominação/sujeição/controle do capital sobre o trabalho e suas ramificações para a sociedade estão associadas aos impactos sobre a natureza de maneira geral (THOMAZ JUNIOR, 2009). No caso específico das atividades agrárias, isso se expressa por intermédio da extensividade da jornada, péssimas condições de trabalho, transporte inadequado, negligência do capital em relação aos EPI's, descumprimento dos contratos de trabalho e das Normativas Regulamentadoras (por exemplo, a NR-31), dentre outros fatores.

Sob os novos horizontes das doenças ocupacionais (risco, mutilações, contaminação, intoxicação, morte), estão associados a invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho, os agravos à saúde dos trabalhadores, devido à ineficiência da política social pública. Tudo isso reverbera na reconfiguração das relações de produção e de trabalho, com rebatimentos também nas formas de (super)exploração e de escravidão, associadas, portanto, às condições degradantes de labor, bem como maior intensidade e exaustividade das jornadas e do ritmo de trabalho. E, mais, como a assistência à saúde, de direito universal, torna-se mercantilizada, exclui progressiva e crescentemente a saúde do trabalhador da proteção estatal e, com isso, tem-se a minimização dos programas sociais públicos.

*Vis a vis*, as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que têm incidência isolada sobre trabalhadores, que, fundamentalmente com a organização e a realização da atividade laboral. Isto é, sob determinadas condições que, nas sociedades contemporâneas, primam pela flexibilização, intensificação dos processos exploratórios, ligados aos descumprimentos da legislação trabalhista, acentuando ainda mais a degradação do trabalho. Nesse sentido, entender o par saúde-enfermidade encimado à categoria trabalho implica sintonizá-lo à totalidade do processo social de trabalho (produção e reprodução da vida) e ao conjunto das relações sociais que os homens estabelecem entre si, enquanto sujeitos históricos.

## 5. Considerações finais

Os conflitos territoriais no Pontal do Paranapanema, antes restrito à luta pelo acesso às terras griladas sob a posse ilegal dos latifundiários/pecuaristas, a partir de 2005, ganha nova dimensão com a entrada em cena da burguesia agroindustrial ou o agrohidronegócio canavieiro, que passam a compor centralidade na equação da luta de classes.

Todavia, ao mesmo tempo em que o capital se consolida, as lutas de resistência dos trabalhadores, apesar de fragilizadas, indicam que o tecido social também se complexifica, o que faz com que a luta pela terra ou os conflitos que a envolvem ganhem novos elementos. Como sabemos, o expansionismo do agrohidronegócio canavieiro para o Pontal mobilizou um conjunto diverso e amplo de trabalhadores para o corte da cana, tais como desempregados urbanos, acampados, assentados, e um contingente expressivo de migrantes do Norte-Nordeste do país, originários do Maranhão, inclusive das áreas de expansão das pastagens que foram “empurradas” pela cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.

Mesmo que uma parte significativa desses migrantes seja, na origem, constituída de posseiros, camponeses com pouca terra, extrativistas, estão migrando com as famílias e, segundo informações iniciais das pesquisas, estão permanecendo na região após a safra. Esses trabalhadores são potenciais demandantes de terra e poderão engrossar as fileiras dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra.

Ao mesmo tempo, está ocorrendo por parte do capital, que as frações do território em disputa (intra e intercapital) – com a participação crescente, inclusive de grupos estrangeiros – expressam não somente uma nova geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina.

Do mesmo modo, desde o ponto de vista das relações de trabalho, os referenciais regressivos vinculados aos desmandos, os desrespeitos e descumprimentos aos contratos de trabalho, às normativas trabalhistas, as exigências de cumprimento de metas e indicadores de produtividade etc., se distanciam da modernidade tecnológica espectral, tão enfatizada pelos protagonistas desse projeto de desenvolvimento. Assim, a convivência de tecnologias de ponta com novos ou renovados procedimentos de gestão, e os procedimentos regressivos quanto ao trabalho rebatem nas formas de (super)exploração e de escravidão, associadas, portanto, às condições degradantes de labor, afinadas à intensificação das jornadas, do ritmo de trabalho etc.

Diante das preocupações e do marco teórico assumidos, e da vigência do processo de reestruturação produtiva do capital, aqui nos propomos abordar as mudanças que estão ocorrendo no âmbito do trabalho afinadas aos reordenamentos daí decorrentes que, desde o final dos anos 1980 orientam novas linhas de expressão do conflito social. Isto é, não se restringindo apenas ao formato clássico capital x trabalho, mas envolvendo outras formas de configuração da dominação de classe, que implica novos olhares sobre as delimitações clássicas do que é trabalhar no campo (assalariado, camponês), e do que é trabalhar na cidade (assalariados, por conta própria, informais), sob distintas relações sociais de produção e de trabalho. É por isso que a luta e a resistência à proletarianização, ao pagamento/transferência de renda da terra, e que se materializam territorialmente na permanência e no acesso a terra é o que nos mantém atentos à compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais que estão envolvidos diretamente nesse particular, principal via para a releitura do movimento territorial de classe da classe trabalhadora.

Esse processo não tem sido entendido porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes da práxis histórica, social e concreta do trabalho. Então, é como se pudéssemos propor a ruptura da blindagem teórica que não nos permite compreender, sob esse referencial, a dialética existente entre as dimensões material e imaterial, e também subjetiva do trabalho, que marca as identidades da classe trabalhadora e toda a ordem dos fetiches que lhe é intrínseca, por exemplo, ser operário e ser camponês, nessa ou naquela condição, tempo e lugar, enfim, no âmbito das relações espaciais e as experiências territoriais do conflito de classe que nele se manifestam e se concretizam (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais no âmbito dos conflitos territoriais e da luta de classes, que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, para as centrais sindicais, para os partidos políticos e para os trabalhadores em particular.

## 6. Referências

ALVES, G. **A Condição de Proletariado**. Londrina: Práxis, 2009.

ALVES, G. Precarização do trabalho e saúde do trabalhador no Brasil: uma perspectiva crítica. In: INÁCIO, J. R. SALIM, C. A. (orgs.) **O vestir e o calçar: perspectivas da relação saúde e trabalho**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p.351-367.

ALVES, Giovanni. (2011): “Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI”. In: Giovanni Alves, André Vizzaccaro-Amaral e Daniel Mota (Orgs.). **Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTr.

ALVES, Giovanni. (2014).. In: ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. (Orgs.). **A entrevista como técnica de pesquisa no mundo do trabalho. Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Práxis, 2014.

- ALVES, Giovanni. O adoecimento como falha metabólica do capital. In: NAVARRO, V. L. LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.) **O Aveso do Trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- ANTUNES. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho** - estudos sobre psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- DEJOURS, Christophe. Addendum – da Psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.) Christophe Dejours: **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.
- DONNANGELO, M. F. C.; PEREIRA, L. **Saúde e sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- HECK, Fernando Mendonça. THOMAZ JUNIOR, Antonio. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. In: LOURENÇO, E. A. S. et al. (Orgs.) **Saúde do trabalhador**: desafios para a seguridade social e o movimento sindical. São Paulo: Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2012, p.151-168.
- HECK, Fernando Mendonça. THOMAZ JUNIOR, Antonio. Work degradation in slaughterhouse: on the systemic antagonism between capital and workers' health. Presidente Prudente, 28 f. 2014. Trabalho não publicado.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**. (Volumes I e II). São Paulo: Boitempo, 2011.
- RIGOTTO, R. M. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 4, n. 6, p. 388-404, 2003.
- RIGOTTO, R. M. et. all. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 612 p.
- RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.
- THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329.
- THOMAZ JUNIOR, A. O Tecido Social do Trabalho, a Produção de Alimentos x Agronegócio e a Luta de Classes num Ambiente de Embates e Debates. In: **O Aveso do Trabalho III**. NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- THOMAZ JUNIOR, A. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. pp.325-340.
- THOMAZ JUNIOR, A. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica - Propuestas y desafíos**. Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198.